

Custo Brasil: gargalo que paralisa a nação

20/04/2026

EDILSON BALDEZ DAS NEVES

O país convive há décadas com um adversário invisível, porém devastador o chamado Custo Brasil, um conjunto de entraves estruturais que hoje representa um dos maiores obstáculos ao crescimento econômico do país. Segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), essas distorções consomem cerca de R\$ 1,7 trilhão por ano, o equivalente a aproximadamente 20% do PIB nacional.

Esse volume expressivo de recursos não se traduz em crescimento, geração de empregos ou melhoria de serviços públicos. Ao contrário, é drenado pela ineficiência do sistema econômico e institucional. O problema não nasce de um único fator, mas da soma de dificuldades históricas e persistentes, como burocracia excessiva, carga tributária complexa, infraestrutura precária, juros elevados, insegurança jurídica e altos custos de energia e logística.

O resultado direto é a perda de competitividade das empresas brasileiras. Enquanto outras economias avançam em eficiência produtiva e previsibilidade institucional, o Brasil permanece prisioneiro de entraves internos. As empresas gastam mais para produzir, transportar, financiar e cumprir obrigações legais. Como consequência, produzem menos, investem menos e geram menos empregos, comprometendo o crescimento sustentável.

A situação torna-se ainda mais grave quando se observa o quadro das obras públicas paralisadas em todo o país. Bilhões de reais permanecem imobilizados, estruturas se deterioram e a sociedade não colhe os benefícios de investimentos já realizados. A ineficiência em infraestrutura, transporte, energia, telecomunicações e mobilidade urbana amplia o custo sistêmico da economia e aprofunda desigualdades regionais.

Estudos apontam que o país poderia reduzir até R\$ 530 bilhões por ano do impacto do Custo Brasil com medidas relativamente objetivas, como maior eficiência do gasto público, planejamento adequado e conclusão de obras estratégicas. Para isso acontecer é imprescindível focar na eficiência dos gastos públicos e tratar com seriedade o desperdício de recursos.

Outro entrave central é a insegurança jurídica. Mudanças frequentes nas regras, decisões contraditórias e lentidão institucional elevam riscos e afastam investimentos. Os investimentos, naturalmente avessos à incerteza, buscam ambientes mais previsíveis.

Soma-se a isso um sistema tributário oneroso e complexo, mesmo com a Reforma Tributária aprovada e em implantação, que obriga empresas a dedicar tempo e recursos excessivos apenas para cumprir obrigações fiscais.

Para melhorar a eficiência econômica é fundamental a racionalização dos impostos. O Brasil não pode mais adiar a busca por competência e desempenho econômico. Persistir nesse modelo significa aceitar baixo crescimento, perda de relevância internacional e estagnação social. O enfrentamento do Custo Brasil é uma agenda urgente e inadiável, que exige compromisso de Estado e continuidade de políticas públicas.

Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre a PEC 8/2025, que trata da jornada de trabalho. Trata-se de um tema sensível e complexo, especialmente em ano eleitoral, razão pela qual a CNI defende o aprofundamento do debate antes de qualquer deliberação, considerando seus impactos sobre produtividade, competitividade e geração de empregos. Caso a jornada seja reduzida para 40 horas, pode gerar um aumento de custos empresariais de até R\$ 267 bilhões ao ano.

Adiar a agenda de enfrentamento do Custo Brasil tem custo político, social e histórico. A omissão produz uma catástrofe silenciosa de oportunidades perdidas. Reduzir o Custo Brasil é um compromisso com o futuro, sobretudo diante de um cenário internacional marcado por instabilidade geopolítica do conflito do Oriente Médio, com reflexos diretos nos preços do petróleo, da energia e na economia global.

O país não pode mais esperar. Escolher a eficiência, a previsibilidade e a racionalidade econômica não é uma questão ideológica, mas uma condição essencial para que o Brasil volte a crescer de forma sustentável.

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e 2º Diretor Secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI).